



ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA  
PORTUGAL TELECOM

RELATÓRIO E CONTAS

DE

2017

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Srs ASSOCIADOS

O ano de 2017 marcou o início do mandato da actual Direcção.

Depois de feita uma análise à situação económico-financeira da AASPT, verificou a Direcção eleita que face aos resultados negativos dos anos anteriores, as políticas anteriormente seguidas tiveram que ser substancialmente alteradas de modo a conseguir os resultados adequados à própria sobrevivência da AASPT.

De 2013 a 2016, a actividade normal, sem “RENDIMENTOS E CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS”, vinha gerando **resultados negativos** acumulados que perfaziam cerca de **-1 100 000€**. Isto é, as “RECEITAS” geradas pela actividade das Valências eram sistematicamente inferiores aos respectivos “CUSTOS”. A situação sem as ajudas extraordinárias tornava-se insustentável a médio e longo prazo.

A nova Direcção iniciou de imediato a implementação de medidas de gestão correntes que levassem ao aumento das Receitas e à diminuição dos Custos de modo a inverter a tendência que se vinha verificando e que a manter-se seria perigosa. Os resultados obtidos compensaram os esforços desenvolvidos. As Receitas durante o exercício de 2017 aumentaram cerca de 9% (150 070,02€) e os Custos dos Fornecimentos e Serviços Externos reduziram-se em cerca de 4% (44 369€). Esta redução permitiu que pudesse ser feito um acréscimo com os Gastos com Pessoal de cerca de 6,5% (46 124€), sem prejudicar os resultados. Isto é, com custos da mesma ordem de grandeza de 2016, a facturação aumentou cerca de 150 000€. Este valor revelou-se o mais alto dos últimos quatro anos (1 890,6 m€). O grande aumento ocorrido ficou a dever-se ao crescimento da valência LAR, fruto de uma optimização dos recursos existentes.

O **EBITDA** (resultados antes de depreciações e amortizações) atingiu o valor mais elevado de sempre tendo alcançado cerca de 256,9 m€, o que significa 4 vezes o conseguido no ano anterior (60,6 m€), que é consequência do bom desempenho operacional.

O **RESULTADO LÍQUIDO** foi cerca de **111,6 m€** quando em 2016 tinha sido negativo, ficando-se por **- 55,8 m€**.

A nova Direcção, após o início de funções teve que por em execução um programa de INVESTIMENTOS que privilegiou a área do **bem estar dos utentes** e a **redução de custos de funcionamento**. Na redução de custos destaca-se a instalação de painéis fotovoltaicos no valor de 53 750€ que começou a funcionar em Julho/2017 e gerou uma poupança de 3 863€ logo no 2º Semestre de 2017. Prevê-se uma rentabilidade anual de cerca de 14%.

Para o bem estar dos utentes salienta-se a colocação de um pavimento novo nos pisos 4º e 5º, correspondentes ao funcionamento da valência LAR e cujo custo atingiu o valor de 36 531€. Procedeu-se também à aquisição de novas camas, cadeiras de rodas e outra mobília, para substituição de existentes que se encontravam em mau estado de conservação. Adquiriram-se outras em virtude do aumento de utentes na valência Lar. Estas aquisições atingiram o valor de 24 000€.

Salienta-se ainda o investimento efectuado na remodelação levada a cabo na cozinha, com o valor de 33 131 €, para melhoria das condições alimentares dos utentes.



Os investimentos referidos, a Direcção conseguiu realizá-los com recurso a meios próprios, sem qualquer endividamento. O valor global do investimento em 2017 atingiu cerca de 142 000€, equivalente a 6x o realizado em 2016, que foi apenas de cerca de 24 000€.

Com a reorganização implementada no funcionamento da Direcção, resolveram-se problemas que há muito se vinham arrastando. Como é o caso das instalações da Rua Tomás Ribeiro. Nestas instalações os problemas por resolver chegados a 2017 provocaram o corte da água por alguns meses, para grande incómodo dos utilizadores das instalações. Foram praticamente resolvidos passando a utilização daquelas instalações a decorrer em perfeita normalidade.

Os resultados expectáveis do Sistema Informático adquirido em 2013 à F3M tardaram em surgir. Até ao fim de 2016 apenas estavam a funcionar as aplicações da Facturação, dos Sócios, dos Utentes do Lar e da Saúde (UI). Em 2017 implementaram-se as aplicações dos Salários e dos Stocks. As potencialidades do sistema ainda não estão esgotadas.

Face ao exposto, o ano de 2018 apresenta o desafio da obtenção de resultados semelhantes aos de 2017, ou, se possível, melhores.

A Direcção quer deixar um profundo agradecimento a todos os colaboradores que, com o seu empenho, permitiram o funcionamento dos diversos serviços, participando activamente nas mudanças que foi preciso, nalguns casos, implementar e assim contribuindo para a obtenção dos bons resultados conseguidos.

Também aos nossos fornecedores quer a Direcção agradecer a disponibilidade que têm demonstrado na pronta satisfação das encomendas e na receptividade demonstrada para a alteração das respectivas condições financeiras de muitas delas.

A Direcção em funções igualmente agradece à ALTICE a simpatia e a generosidade com que tem acolhido as solicitações da AASPT, nomeadamente na concessão do subsídio de 52 000€, com o qual pudemos fazer face a alguns dos investimentos acima citados, nomeadamente adquirir diversos equipamentos de apoio aos utentes do LAR e UI. Mais agradece a comparticipação monetária e a cedência do espaço Cantina para a retoma da realização da ceia de Natal dos Associados que havia sido interrompida, evento que muito os alegrou pelo convívio proporcionado naquela época natalícia e familiar dos profissionais das Telecomunicações.

Por último, aos nossos Associados reiteramos a nossa vontade de continuar a lutar para que a AASPT, mais que a sua sobrevivência, atinja níveis de excelência nos serviços que lhe forem solicitados por todos aqueles que, actualmente ou no futuro, deles necessitem.

O Presidente



1 – ÓRGÃOS SOCIAIS

DIRECÇÃO

**Manuel Joaquim Rodrigues**

Presidente

**Joaquim Nunes da Fonseca**

Vice Presidente

**Agripina Pires Marques Coelho**

Vogal

**Carlos Alberto Glória**

Vogal

**Fernando José Bastos Nunes Carvalho**

Vogal

**João Alfredo Boavida Arriscado**

Vogal

**Maria João dos Santos Rocha Martins**

Vogal

**Maria Leonor Martins**

Vogal

**Zélia Albino Loures Piçarra Martins da Silva**

Vogal

SUPLENTES

**Francisco Alvarez Rodrigues**

**Gina Maria Caetano Sacramento**

**Teresa Maria Soares Pedroso Areosa da Cruz**

ASSEMBLEIA GERAL

**Manuel Marques Barreiro**

Presidente

**Carlos Manuel F. Martins**

1º Secretário

**Maria Clara Calado Guimarães Fernandes**

2ª Secretária

CONSELHO FISCAL

**José Adelino Martins Vaz**

Presidente

**Carlos José Rodrigues Sousa Carinhas**

Vogal

**Miquelina do Rosário**

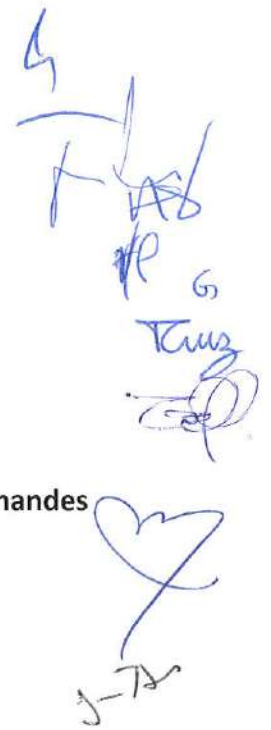
Vogal

SUPLENTES

**António José Gil Morgadinho**

**Joaquim Lopes Nunes Escudeiro**

**Paulo Fernando Caparica Polónia**

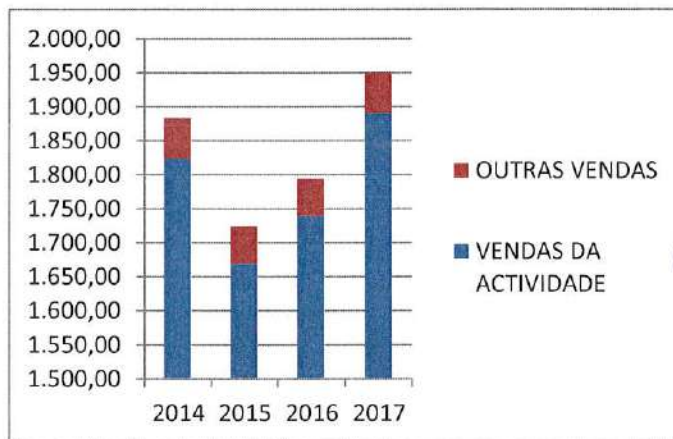


## 2 – RELATÓRIO DA GESTÃO

### 2.1 – PROVEITOS DA ACTIVIDADE

#### 2.1.1 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS ( m€ )

	2014	2015	2016	2017
VENDAS DA ACTIVIDADE	1 824,20	1 668,70	1 739,60	1 890,60
OUTRAS VENDAS	58,8	55,3	54,2	59



A actividade pautou-se por um aumento geral das receitas. Quer naquelas que são directamente resultantes do desempenho das valências ( LAR, UI, MFR ), quer nas suplementares, indirectamente associadas à actividade ( BAR, CURSOS DE FORMAÇÃO PARA SÓCIOS, REMÉDIOS ). Em termos de receitas, 2017 foi mesmo o melhor dos últimos anos na AASPT. Pena foi que o valor das QUOTIZAÇÕES não tenha acompanhado o crescimento da actividade.

#### 2.1.2 – SERVIÇOS PRESTADOS POR VALÊNCIA - 2017 (m€)

LAR	UI	MFR
983,1	682	72,7



O maior crescimento ficou a dever-se ao desempenho do LAR. Teve um acréscimo de 24%. Em 31/12/2016 o número de utentes era de 51. Atingiu 65 em 31/12/2017.

#### 2.1.3- COMPARAÇÃO COM ANOS ANTERIORES (m€)

	2017	2016	2015	2014
LAR	983,1	792,8	703,6	724,5
UI	682	718	757	882,1
MFR	72,7	68,8	62,8	68,9
<b>TOTAL</b>	<b>1 737,80</b>	<b>1 579,60</b>	<b>1 523,40</b>	<b>1 675,50</b>

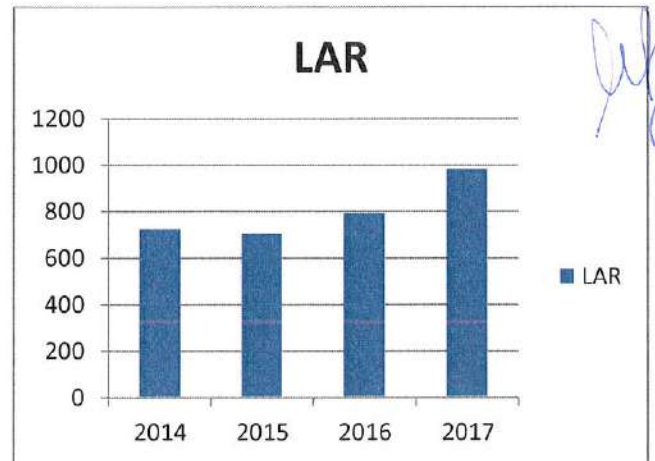


O desempenho do LAR foi o factor decisivo no crescimento das receitas. Esta Valência cresceu 24%, correspondentes a cerca de 190,3 m€. Tal foi possível apenas com um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis nesta unidade. A UI (Unidade de Internamento) contribuiu negativamente com um decréscimo de 5%. Esta Valência tem sido afectada pela alteração verificada no funcionamento da PTACS que, em 2016, subcontratou parte dos serviços à MULTICARE.

*Handwritten notes and signatures:*  
 p...  
 48  
 1/6  
 Kuz  
 J-Dr

2.1.3.1 -EVOLUÇÃO DO LAR (m€)

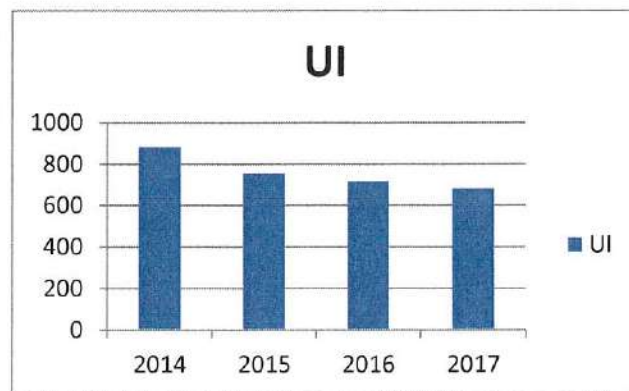
	2014	2015	2016	2017
LAR	724,5	703,6	792,8	983,1



O investimento realizado no LAR (arranjo de pavimentos e novo mobiliário) encontra-se mais do que justificado pelo crescimento conseguido nesta Valência.

2.1.3.2 – EVOLUÇÃO DA UI (UNIDADE DE INTERNAMENTO)

	2014	2015	2016	2017
UI	882,1	757	718	682



A alteração do funcionamento da PTACS, com a assinatura de um contrato com a MULTICARE, veio afectar negativamente os resultados da UNIDADE DE INTERNAMENTO. Em relação a 2016, houve uma diminuição das receitas de 36 000€. Cerca de 5%. A diminuição é a tendência que se vem verificando desde 2014. Um dos objectivos para 2018 será mesmo promover esforços para retomar o crescimento da UI.

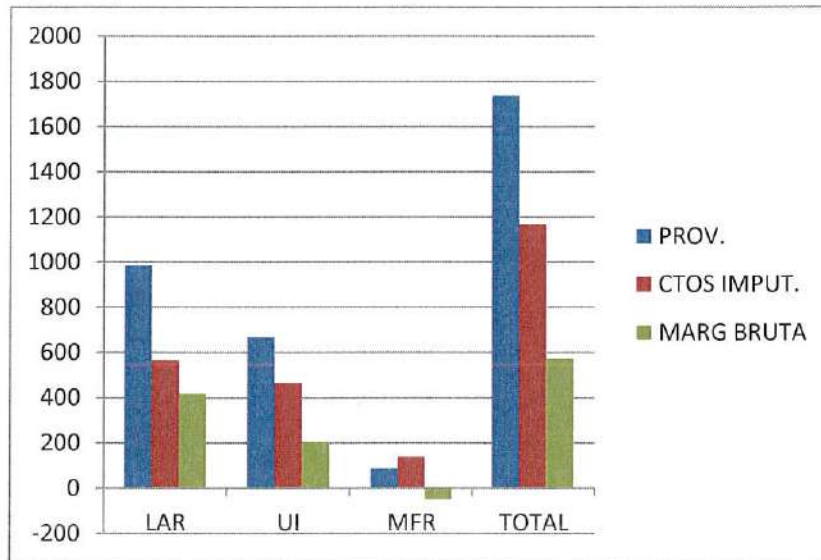
Em 2017 foram feitos ajustamentos ao acordo com a MEDIS e iniciou-se uma renegociação com a MULTICARE que ainda não está terminada.

O número de dias de internamento baixou de 2 207 em 2016 para 1499 em 2018. Diminuição de 32%.

### 2.1.3.3 -MARGENS BRUTAS LIBERTAS PELAS VALÊNCIAS

*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
 p...-b  
 AS  
 fl  
 J...  
 (Signature)  
 (Signature)  
 (Signature)

	PROV.	CTOS IMPUT.	MARG BRUTA	
LAR	983,1	565,1	418,0	42,50%
UI	668,8	464,3	204,5	30,60%
MFR	85,9	136,6	-50,7	-59,00%
TOTAL	1737,8	1166	571,8	32,90%



Em 2017 deu-se início a uma reestruturação contabilística dos custos de funcionamento, definindo quais os que deveriam ser directamente imputados às Valências. Determinaram-se as Margens Brutas libertas por cada Valência. Sem surpresa, o LAR apresenta a maior rentabilidade. Os custos com os efectivos da saúde (médicos, enfermeiros e auxiliares de acção médica) foram corrigidos considerando que se repartem igualmente pelo LAR e UI.

### 2.1.4 – QUOTIZAÇÕES (m€)

	2014	2015	2016	2017
Quotizações	149,3	145,3	161,0	152,8

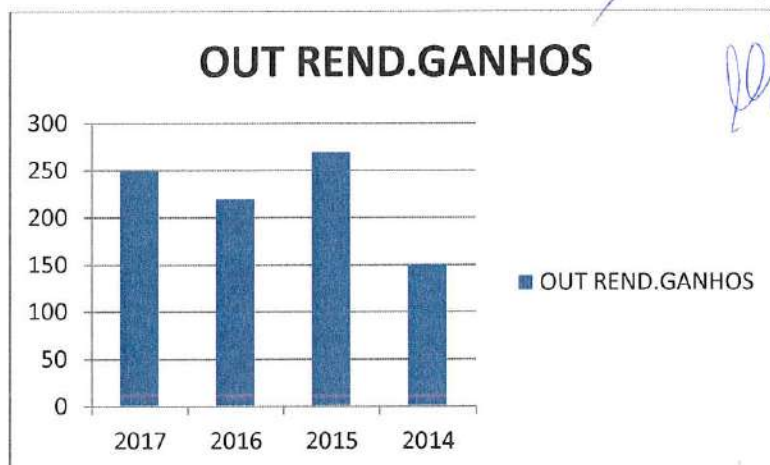


O número de sócios que pagam quotas tem vindo a baixar todos os anos. De 2016 para 2017 cerca de 270 sócios ou "saíram" ou deixaram de pagar quotas.

O valor das quotizações seguiria a mesma linha se não tivesse sido aumentado o valor da quota em 2016, passando de 2 € para 2,5 € /mês.

#### 2.1.5 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS (m€)

2017	2016	2015	2014
249,5	219,9	269,0	150,6



Nesta rubrica há que destacar, em 2017, a verba de 120 000€ correspondente à contabilização de parte de subsídios anteriores e 54 008,71€ de restituição de impostos. Destes 20 882,03 correspondem à consignação de IRS feita pelos sócios no ano de 2015. A diminuição de sócios também tem feito baixar estes valores consignados.

#### 2.1.6 – OUTRAS VENDAS E SERVIÇOS (m€)

	2017	2016	2015	2014
BAR	27,6	21,6	21,4	20,8
CURSOS PARA SÓCIOS	11,9	11,8	10,6	10,3
ALUGUER EQUIP.MEO	13	13	14,3	20,3
RENDA TOMÁS RIBEIRO		3,3	4,4	1,7
RENDIMENTO DE MEDICAMENTOS	6,5	4,4	4,8	5,7
TOTAL	59	54,1	55,5	58,8

Neste grupo a verba mais importante é a correspondente ao BAR. Aumentou em relação a 2016 em cerca de 6 000€ (28 %). Mas, enquanto que em 2016 deu um prejuízo de - 1 124,63€, no ano de 2017 apresentou um lucro de 6 530,44€ (24 %). Recuperou-se a Margem Bruta em 7 655€.

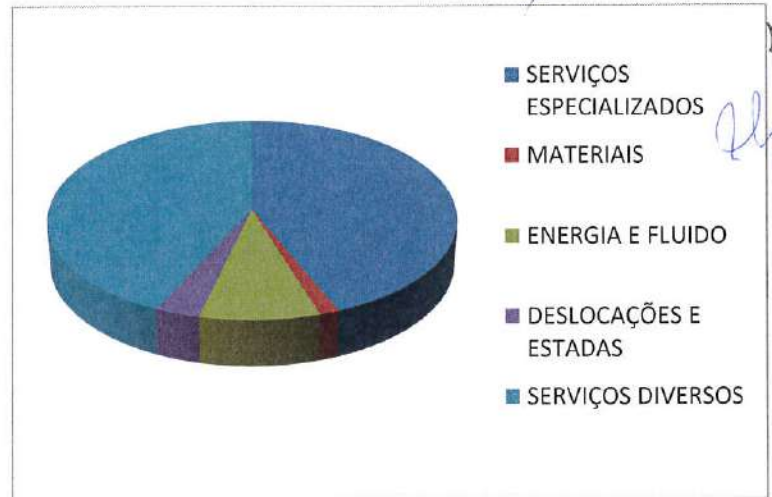


## 2.2 – CUSTOS DA ACTIVIDADE (m€)

### 2.2.1 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)

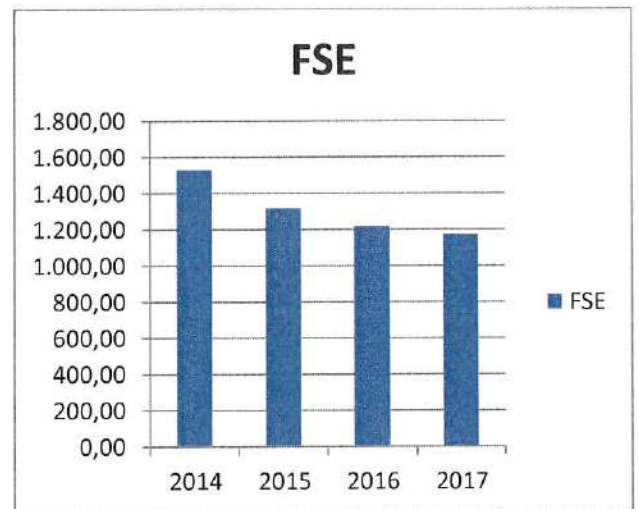
#### 2.2.1.1 – ANO 2017

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	512,9
MATERIAIS	16,7
ENERGIA E FLUIDO	100,4
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	37,5
SERVIÇOS DIVERSOS	504,2



#### 2.2.1.2- EVOLUÇÃO ANUAL (m€)

	2014	2015	2016	2017
FSE	1 527,80	1 317,70	1 215,90	1 171,70

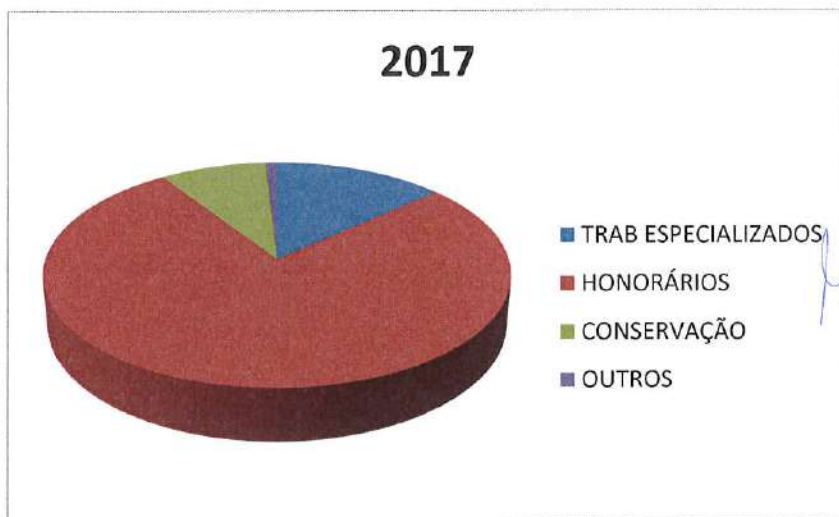


Em relação a 2016 conseguiu-se uma redução destes custos de cerca de 44,2 m€ (4%), embora a actividade tenha aumentado 9%.

## 2.2.2 – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

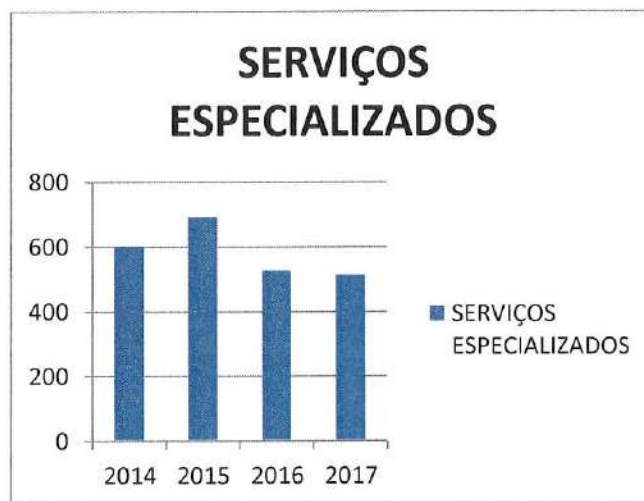
### 2.2.2.1 – ANO 2017 (m€)

TRAB ESPECIALIZADOS	69,4
HONORÁRIOS	395,8
CONSERVAÇÃO	43,1
OUTROS	4,7



### 2.2.2.2 – EVOLUÇÃO ANUAL (m€)

	2014	2015	2016	2017
SERV.ESPECIALIZADOS	601,4	690,5	526,5	512,9

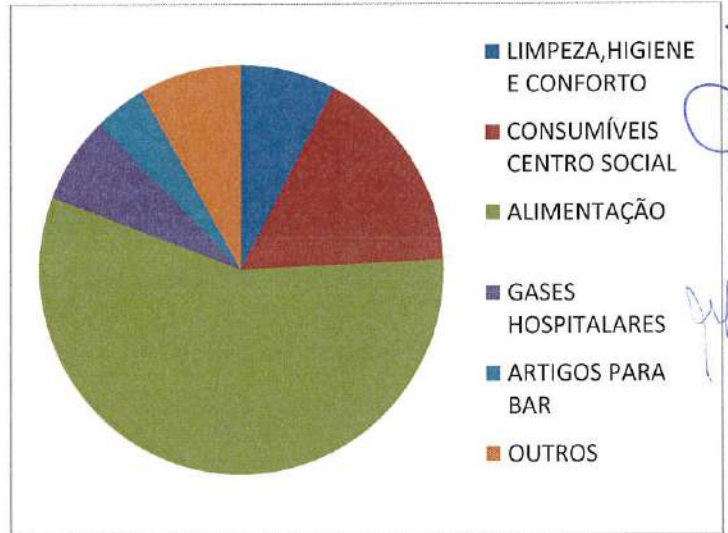


A maior fatia destes custos corresponde a HONORÁRIOS pagos a prestadores de serviços na área da saúde (enfermeiros). De salientar que para a mesma ordem de grandeza destes custos foram tratados mais utentes em 2017 que em 2016.

2.2.3-SERVIÇOS DIVERSOS

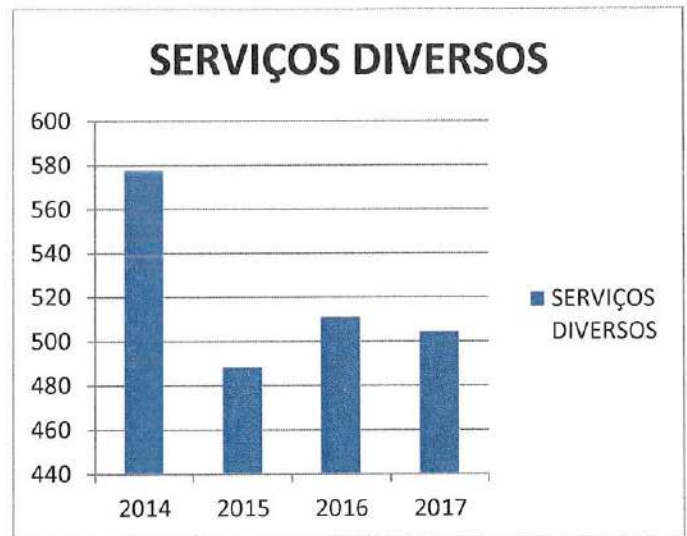
2.2.3.1- ANO 2017 (m€)

LIMPEZA,HIGIENE E CONFORTO	38,5
CONSUMÍVEIS CENTRO SOCIAL	83,9
ALIMENTAÇÃO	284,7
GASES HOSPITALARES	34,9
ARTIGOS PARA BAR	21,0
OUTROS	41,2



2.2.3.2 – EVOLUÇÃO ANUAL (m€)

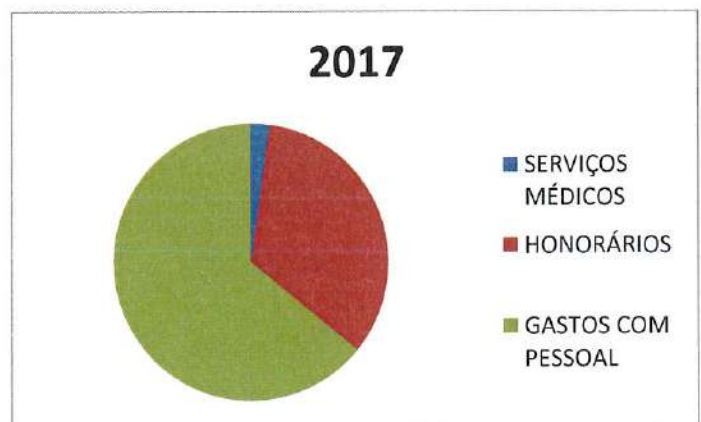
	2014	2015	2016	2017
SERV.DIVERSOS	577,6	488,2	510,9	504,2



2.2.4 – GASTOS COM RECURSOS HUMANOS

2.2.4.1 – ANO 2017 (m€)

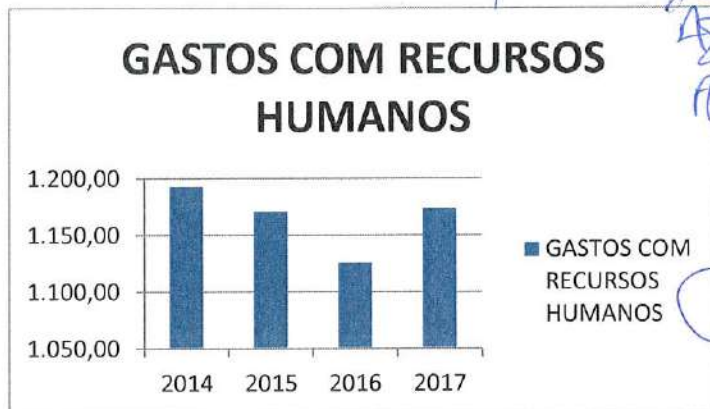
SERVIÇOS MÉDICOS	26,2
HONORÁRIOS	395,8
GASTOS COM PESSOAL	751,5





### 2.2.4.2-EVOLUÇÃO ANUAL (m€)

	2014	2015	2016	2017
GASTOS C/ RH	1192,90	1170,90	1125,70	1173,80

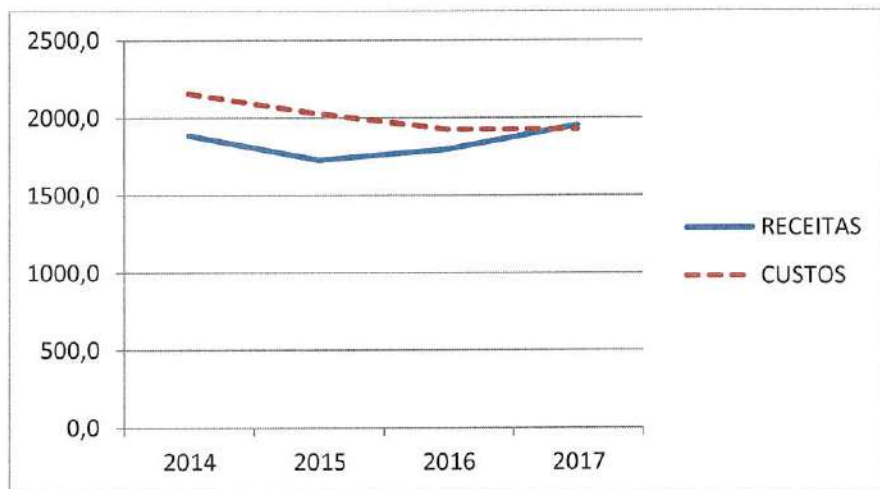


O crescimento desta conta ficou a dever-se principalmente ao aumento do salário mínimo e ao aumento de efectivos necessários pelo crescimento do LAR.

A 31/12/2017 a AASPT contava com 82 funcionários.

### 2.3-EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E CUSTOS (m€)

	2014	2015	2016	2017
RECEITAS	1883,0	1724,2	1794,6	1949,6
CUSTOS	2151,6	2022,2	1921,5	1923,2



Pela primeira vez na AASPT, as Receitas da Actividade + Receitas Suplementares foram superiores aos Custos. Cerca de 26,4 m€. Em 2016 os Custos tinham sido superiores às Receitas cerca de 126,9 m€.

### 2.4-GANHOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

#### 2.4.1-OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS (m€)

	2017	2016	2015	2014
SERVIÇOS SOCIAIS	40,3	34,1	34,1	33
ALUGER DE EQUIPAMENTO	13	16,3	18,7	22
OUT.RENDIM.SUPLEMENTARES	10,4	13,4	13,5	15,8
REND.OBTIDOS MEDICAMENTOS	6,4	4,4	4,8	5,7
OUTROS	178,3	145,9	169,1	25,1
<b>TOTAL OUT.REND.E GANHOS</b>	<b>248,4</b>	<b>214,1</b>	<b>240,2</b>	<b>101,6</b>

2.4.2-OUTROS GASTOS E PERDAS (m€)

	2014	2015	2016	2017
PERDAS POR IMPARIDADE	0	0	13,3	0
IMPOSTOS	3,6	11,6	4,7	6,8
OUT.GASTOS E PERDAS	8,2	3,3	12,2	8,9
TOTAL OUT.GASTOS PERDAS	11,8	14,9	30,2	15,7

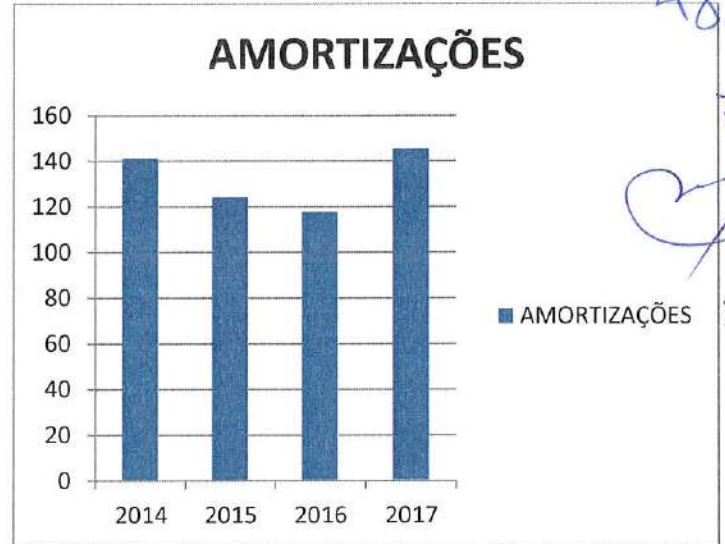
2.5- RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES (m€)

	2014	2015	2016	2017
PRESTAÇÃO SERVIÇOS	1 824,20	1 668,70	1 740,50	1 890,60
PESSOAL+FORNEC.EXTERNOS	2 151,60	2 022,20	1 921,50	1 923,20
	-327,40	-353,50	-181,00	-32,60
SUBSÍDIOS	57,60	52,00	52,00	55,90
	-269,80	-301,50	-129,00	23,30
OUTROS REND E GANHOS	150,60	269,00	219,90	249,40
	-119,20	-32,50	90,90	272,70
IMPARIDADE DE DÍVIDAS	-28,70	0,00	-13,30	0,80
OUTROS CUSTOS	-14,20	-14,90	-16,90	-16,60
<b>RESULTADOS ANTES DE AMORTIZAÇÕES</b>	<b>-162,10</b>	<b>-47,40</b>	<b>60,70</b>	<b>256,90</b>



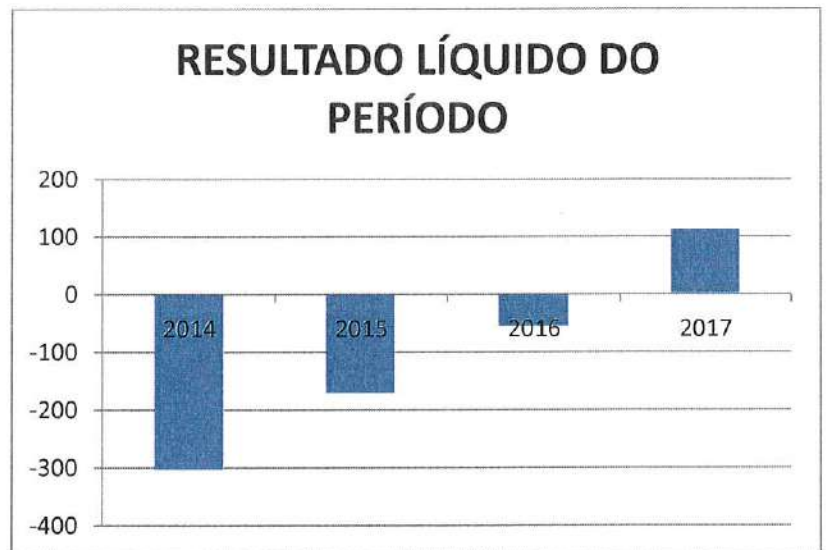
## 2.6-AMORTIZAÇÕES (m€)

	2014	2015	2016	2017
AMORTIZAÇÕES	141	124,1	117,7	145,4



## 2.7-RESULTADOS LÍQUIDOS DOS EXERCÍCIOS DE 2014 A 2017

	2014	2015	2016	2017
RES.LÍQUIDO	-303,5	-171,5	-55,8	111,6



## 3 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direcção propõe que o RESULTADO LÍQUIDO, no valor de 111 565,27 €, seja transferido para a conta de RESULTADOS TRANSITADOS.

*W. Manuel de S.*





# ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM

Demonstrações Financeiras

do

Ano 2017

# Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - Período findo em 31.12.17

Valores: Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	31.12.17	31.12.16	VARIAÇÃO
Vendas e serviços prestados	8	1 890 616,10	1 740 546,08	150 070,02
Subsídios, doações e legados à exploração	9	55 872,00	52 020,00	3 852,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12	-1 171 724,77	-1 216 093,66	44 368,89
Gastos com o pessoal	13	-751 517,74	-705 394,11	-46 123,63
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		809,68	0,00	809,68
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00
Outras imparidade (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00
Aumentos / Reduções de justo valor		-869,31	0,00	-869,31
Outros rendimentos e ganhos		249 454,46	219 987,05	29 467,41
Outros gastos e perdas		-15 717,72	-30 233,38	14 515,66
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financ.e impostos</b>		<b>256 922,70</b>	<b>60 831,98</b>	<b>196 090,72</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-145 357,43	-116 681,00	-28 676,43
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financ. Impostos)</b>		<b>111 565,27</b>	<b>-55 849,02</b>	<b>167 414,29</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>111 565,27</b>	<b>-55 849,02</b>	<b>167 414,29</b>
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>111 565,27</b>	<b>-55 849,02</b>	<b>167 414,29</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO

*M. Clara*  
cc n.º 1987A

DIREÇÃO

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
Agradecimentos  
Flávia L  
Gracia Nascimento  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
J. B.

# Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

BALANÇO em 31 / 12 / 2017

Valores expressos em Euros

Rubricas	Notas	31/12/17	31/12/16
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	3 681 471,79	3 642 598,24
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros		2 755,37	3 260,81
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		3 684 227,16	3 645 859,05
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	11.1.1.	134 368,91	154 944,61
Adiantamentos a fornecedores	11.2.1.	1 983,07	1 558,25
Estado e outros entes públicos	11.2.2.	39 639,52	23 758,86
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		69 476,85	64 290,75
Diferimentos		2 941,65	4 480,17
Outros ativos financeiros	3.2.14	20 000,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	3.2.14	1 057 236,35	1 179 067,91
Subtotal		1 325 646,35	1 428 100,55
<b>Total do ativo</b>		<b>5 009 873,51</b>	<b>5 073 959,60</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	14	25 176,86	25 176,86
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14.1	1 910 397,18	1 996 903,37
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.2	2 773 802,42	2 826 830,89
Subtotal		4 709 376,46	4 848 911,12
Resultado líquido do exercício		111 565,27	-55 849,02
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>4 820 941,73</b>	<b>4 793 062,10</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	11.2.3	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.2.1.	61 101,62	151 912,21
Adiantamentos de clientes		0,00	7 050,25
Estado e outros entes públicos	11.2.2	24 994,85	35 901,73
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		230,53	0,00
Outras contas a pagar	11.2.3	102 604,78	86 033,31
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		188 931,78	280 897,50
<b>Total do Passivo</b>		<b>188 931,78</b>	<b>280 897,50</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5 009 873,51</b>	<b>5 073 959,60</b>

Contabilista Certificado

*M. Costa*  
cc m: 19879

Direção

*[Handwritten signature]*  
Associação  
Harval L  
Gene Hamanto  
Teresas Cruz



# Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Período findo em 31/12/2017

Valores expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método dir Indireto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 892 946,41	1 735 801,64
Recebimentos/Pagamento de subsídios		55 872,00	52 020,00
Pagamento de apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1 262 181,91	-1 216 988,05
Pagamentos ao pessoal		-725 808,59	-702 075,59
<b>Caixa geradas pelas operações</b>		<b>-39 172,09</b>	<b>-131 242,00</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos		85 463,93	98 057,60
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>46 291,84</b>	<b>-33 184,40</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-147 196,47	-26 719,43
Ativos Intangíveis		-984,74	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		57,81	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>-148 123,40</b>	<b>-26 719,43</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de atividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-101 831,56	-59 903,83
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 179 067,91	1 238 971,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 077 236,35	1 179 067,91

O Contabilista Certificado

*M. Cloro*  
CC m: 14879

A Direção

*[Handwritten signatures and stamps]*  
Agrupamento  
Ferreira  
Gime Inveniente  
Teresclus

Milano 2  
K  
AS  
FLG  
Tanz  
J-12

## Associação de Apoios Social da Portugal Telecom

Anexo às demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em Euros)

### 1. Identificação da entidade

A Associação de Apoio Social da Portugal Telecom (AASPT) é uma associação particular de solidariedade social (IPSS) com sede na Rua Engenheiro Ferreira Dias, S/N – Lisboa.

A sua atividade principal tem como principais objetivos a defesa e proteção dos interesses sócio - económicos dos seus associados, complementares aos esquemas oficiais de proteção social, junto das entidades oficiais.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo, reguladas pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março (Sistema de Normalização Contabilística para entidades do sector não lucrativo),
- Portaria nº 105/2011, de 10 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria nº 106/2011, de 10 de março (Código de Contas);
- Aviso nº 6726-B/2011, de 10 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo).

2.2. As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da AASPT, para um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria nº 105/2011, de 10 de março, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos valores em Euros.

### 3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

3.1. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base um conjunto de pressupostos e características qualitativas, destacando-se:

- **Pressuposto da continuidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal;
- **Regime da periodização económica (acréscimo)** - A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de



M. Clara  
18  
H  
V  
J=H

rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”;

- **Materialidade e agregação** - As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras;
- **Compensação** - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa;
- **Comparabilidade** - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

### 3.2. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos com ativos fixos subsequentes à sua aquisição são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Associação e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenções e reparações destes ativos são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos. As melhorias relativamente às quais se estimam benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, com imputação duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	12 a 50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos tangíveis	5 a 12



McLara  
AS  
H  
Jury  
Jury  
Jury

Os bens com valor unitário inferior a 1.000 euros são depreciados integralmente no decurso do primeiro ano após a aquisição. As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas nas demonstrações financeiras como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados, consoante se trate de um ganho ou perda, respetivamente.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

São registados ao custo deduzido de amortizações e de eventuais perdas de imparidade. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada. A taxa aplicada corresponde a um período de três anos.

### 3.2.3. Contas a receber e outros devedores

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são reconhecidas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de eventuais perdas de realização estimadas (perdas por imparidade). Estas são calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber. Não se aplica o custo amortizado a estas rubricas por este ser considerado imaterial. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique em período posterior, uma redução ou reversão do montante da perda estimada.

### 3.2.4. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra escriturado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade desse ativo. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável, sendo este último o mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

### 3.2.5. Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica compreende os valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, como passivo corrente, ou seja, na rubrica de Financiamentos obtidos.

### 3.2.6. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Quando a Associação assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo são classificados como locações financeiras, sendo o custo reconhecido no ativo fixo tangível e a responsabilidade no passivo. Por outro

Melero  
Hb  
b  
AS  
HP  
b  
Aug  
J-A

lado, os juros incluídos nos valores das rendas e as depreciações do ativo registados como gastos na demonstração dos resultados.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As locações são classificadas no passivo não corrente se a Associação possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, as locações são registadas no passivo corrente.

### 3.2.7. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

São registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto através da mensuração pelo custo amortizado é considerado imaterial.

### 3.2.8. Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de descontos, e é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

### 3.2.9. Subsídios

Os subsídios, incluindo os não monetários, só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições que lhes estão associados e que irão ser recebidos.

### 3.2.10. Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes com os benefícios de curto prazo dos empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios de curto prazo englobam os ordenados, subsídios de alimentação, subsídio de férias e Natal, e outras remunerações, bem como os respetivos encargos sociais associados às mesmas.

### 3.2.11. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Associação adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente sobre os acontecimentos e transações à data da preparação das Demonstrações Financeiras, assim como da experiência de situações passadas ou correntes

Os principais juízos de valor e estimativas refletidas nas demonstrações financeiras incidem essencialmente sobre as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, registos aos valores das contas a receber.



### 3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.2.14. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica de "Caixa e seus equivalentes", os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos, que possam ser imediatamente mobilizados ou com um vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os valores inscritos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" desagregam-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016	Variação
Caixa	5 163,42	5 508,02	-344,60
Depósitos à ordem	728 358,54	1 169 866,09	-441 507,55
Depósitos a prazo	323 714,39	3 693,80	320 020,59
Outros instrumentos financeiros	20 000,00	0,00	
<b>Total dos Meios Financeiros Líquidos</b>	<b>1 077 236,35</b>	<b>1 179 067,91</b>	<b>-101 831,56</b>

Os juros obtidos referentes aos meios financeiros líquidos, nomeadamente os derivados dos depósitos a prazo, totalizaram em 2017 a quantia de 1.057.81 euros (2016: 5.746,14 euros), tendo sido registados nos resultados, ou seja, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

## 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente, não tendo sido alteradas quaisquer políticas ou estimativas contabilísticas definidas no número 3 do presente Anexo, nem corrigidos erros materialmente relevantes.



## 5. Ativos intangíveis

Descrição	Software	Total
<b>Quantia inicial: com vida útil finita</b>	30 886,33	30 886,33
Amortizações acumuladas iniciais	30 886,33	30 886,33
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Adições	984,74	984,74
Diminuições	0,00	0,00
Amortizações	984,74	984,74
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os custos incorridos com os ativos intangíveis são representados essencialmente por aquisições de programas de computadores.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício de 2017, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros	AFT Curso	Total
			Básico	Transporte	Administ.			
<b>Quantia escriturada bruta inicial</b>	58 018,17	4 549 046,92	172 151,18	93 097,42	332 260,66	310 944,23	0,00	5 515 518,58
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	999 933,44	145 682,24	93 097,42	330 942,34	303 264,90	0,00	1 872 920,34
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	<b>58 018,17</b>	<b>3 549 113,48</b>	<b>26 468,94</b>	<b>0,00</b>	<b>1 318,32</b>	<b>7 679,33</b>	<b>0,00</b>	<b>3 642 598,24</b>
Adições	0,00	97 698,95	24 259,83	0,00	0,00	75 200,81	1 107,00	198 266,59
Diminuições								
Depreciações	0,00	117 433,47	13 540,18	0,00	1 042,66	27 376,73	0,00	159 393,04
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>58 018,17</b>	<b>3 529 378,96</b>	<b>37 188,59</b>	<b>0,00</b>	<b>275,66</b>	<b>55 503,41</b>	<b>1 107,00</b>	<b>3 681 471,79</b>

Em 2017, o volume dos investimentos ascendeu a cerca de 198 mil euros (em 2016: 24 mil euros), o que representa um aumento significativo no esforço de melhoria das condições operativas das atividades da Associação. O aumento verificado na rubrica de "Edifícios" deveu-se a beneficiações efetuadas em imóveis da Associação (43.668,95 euros) e à integração no património de um imóvel doado por um associado que se encontrava por contabilizar. No "Equipamento básico", as principais aquisições respeitam a mobiliário de alojamento para o Lar (camas, cadeiras de rodas e carros hospitalares). Na rubrica de "Outros ativos fixos", destaca-se a instalação de um sistema de energia renováveis.

## 7. Locações

Não existem obrigações decorrentes de contratos de locação financeira.

## 8. Rédito

As receitas operacionais nos exercícios de 2017 e 2016, apresentam a seguinte composição:

Prestação de Serviços	2017	2016	Variação
Lar	983 081,70	792 816,27	190 265,43
Internamentos	682 021,98	717 988,68	-35 966,70
Serviços Fisioterapia	72 746,62	68 757,50	3 989,12
Quotizações	152 765,80	160 983,63	-8 217,83
Outros	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 890 616,10</b>	<b>1 740 546,08</b>	<b>150 070,02</b>

Os rendimentos provenientes das valências Lar; Internamento e Fisioterapia do ano de dezembro que só faturados no exercício subsequente (janeiro), encontram-se especializados no ativo (rubrica de "Outras contas a receber"), através da conta de "Devedores por acréscimos de rendimentos". Estes totalizam, em 31 de dezembro de 2017, um valor aproximado ao de exercício precedente, pelo que não se alterou a estimativa que havia sido calculada no exercício de 2016 (64.290.75 euros).

## 9. Subsídios

Na demonstração de resultados encontram-se registados rendimentos, no valor de cerca de 55 mil euros, dos quais 52 mil euros respeitam a um subsídio concedido pelo Grupo Altice, com a finalidade de apoiar a atividade social corrente da entidade. Relativamente aos subsídios recebidos (ex- Caixa Previdência dos TLP) para a realização de investimentos, importa sublinhar que se encontram presentemente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na conta de "Outras variações nos Fundos Patrimoniais", conforme determinam as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL). Este tipo de apoio financeiro é subsequentemente imputado numa base sistemática e proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados, como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos mesmos. Em 2017, o valor imputado à conta de resultados "Outros rendimentos e ganhos" ascendeu a 107.058,47 euros (em 2016: 116.681 euros).

## 10. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão, em 6 de março de 2018. Entre a data do balanço e data de autorização de emissão das aludidas demonstrações financeiras não ocorreram quaisquer acontecimentos que possam alterar a posição financeira da Associação.



## 11. Instrumentos financeiros

### 11.1. Ativos Financeiros

#### 11.1.1. Clientes e Utentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016	Variação
Clientes Gerais	72 334,48	70 239,53	2 094,95
Utentes Lar	66 870,93	87 837,64	-20 966,71
Unidade Acamados	47 045,07	49 558,69	-2 513,62
<b>Sub-total</b>	<b>186 250,48</b>	<b>207 635,86</b>	<b>-21 385,38</b>
Perdas por imparidades acumuladas	-51 881,57	-52 691,25	809,68
<b>Total</b>	<b>134 368,91</b>	<b>154 944,61</b>	<b>-20 575,70</b>

A conta de “**Clientes Gerais**” é representada essencialmente pelos valores a receber da Médis e da Multicare, sendo esta última entidade a responsável pela gestão operacional dos Planos de Saúde da PTACS.

As perdas por imparidade constituídas visam, não só cobrir dívidas de utentes já falecidos e/ou que deixaram de frequentar o Lar e a Unidade de Internamento, mas também as dívidas de utentes que se revestem de difícil cobrabilidade. Em 2017, não foram constituídas provisões para dívidas para este tipo de entidades, ao passo que em 2016, o reforço das perdas por imparidade totalizou a quantia de 12.833,44 euros. O acréscimo verificado nesta rubrica de 4.254,44 euros, respeita a um saldo devedor da PTACS que se encontra em situação de esclarecimento dada a sua antiguidade. No exercício de 2017 registou-se reversão de algumas provisões constituídas, devido a recuperação de algumas das dívidas de utentes que se encontravam em atraso, através de planos de pagamentos.

### 11.2. Passivos Financeiros

#### 11.2.1. Fornecedores

Esta rubrica do passivo, decompõe-se do seguinte modo:

Descrição	2017	2016	Variação
Fornecedores c/c	61 101,62	151 912,21	-90 810,59
Adiantamentos a fornecedores	-1 983,07	-1 558,25	-424,82



No exercício findo em 31.12.17, não se registam pagamentos em atraso face ao prazo de vencimento das faturas. O decréscimo verificado ao nível dos saldos de fornecedores, deveu-se ao facto de durante o ano ter-se procedido à regularização de algumas dívidas em mora e à antecipação do pagamento de algumas das faturas correntes de fornecedoras, antecipando o seu prazo normal de pagamento (30/60 dias) para a modalidade de pronto pagamento, de molde a obter o correspondente desconto financeiro.

### 11.2.2. Estado e outros entes públicos

Descrição	2017	Origem no Balanço
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	39 639,52	Ativo
Retenções na fonte (IRS)	-11 130,31	Passivo
Segurança Social	-13 864,54	Passivo
<b>Total</b>	<b>14 644,67</b>	

O IVA a recuperar no montante de 39.639,52 euros, respeita a operações realizadas no decurso da atividade social da entidade, para as quais, no âmbito do regime de apoio às IPSS, há lugar a restituição do citado imposto pela aquisição de bens e serviços.

### 11.2.3. Outras contas a pagar

Esta rubrica compreende os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016	Variação
Credores por acréscimos de gastos	102 604,78	79 552,03	23 052,75
Outras contas a pagar	709,62	2 532,71	-1 823,09
<b>Total</b>	<b>103 314,40</b>	<b>82 084,74</b>	<b>21 229,66</b>

O valor registado em “Credores por acréscimos de gastos”, na quantia de 102.604,78 euros, refere-se à responsabilidade assumida pela entidade, em consequência de direitos adquiridos pelo trabalho prestado pelos trabalhadores em 2017, a liquidar em 2018 (férias e subsídio de férias).

## 12. Fornecimentos e serviços de terceiros

Designação	2017	2016	Variação
Serviços especializados	512 951,71	526 537,31	-13 585,60
Materiais	16 714,00	10 896,69	5 817,31
Energia e fluidos	100 374,87	107 345,72	-6 970,85
Deslocações, estadas e transportes	37 490,58	60 209,83	-22 719,25
Serviços diversos	504 193,61	511 104,11	-6 910,50
<b>Total</b>	<b>1 171 724,77</b>	<b>1 216 093,66</b>	<b>-44 368,89</b>

Na rubrica de “**Serviços especializados**” sobressaem os honorários pagos a prestadores de serviços nas áreas de serviço médico, enfermagem e auxiliares de ação médica, no montante global de 395.824 euros.

Em relação à rubrica “**Energia e fluidos**”, realçam-se as aquisições associadas ao fornecimento de energia elétrica (37.253 euros) e gás (30.310 euros).

Relativamente à rubrica de “**Serviços diversos**”, destacam-se as aquisições relacionadas com os fornecimentos de refeições (284.743 euros), material de consumo clínico (78.596 euros), medicamentos (13.434 euros) e de gases hospitalares (34.952 euros).

## 13. Gastos com o pessoal

Estes gastos nos exercícios de 2017 e 2016, apresentam os seguintes valores:

Descrição	2017	2016	Variação
Remuneração órgão sociais	43 059,46	0,00	43 059,46
Remunerações do pessoal	569 336,74	550 608,12	18 728,62
Encargos sobre remunerações	126 568,14	124 673,03	1 895,11
Seguros acidentes no trabalho	9 636,90	24 398,95	-14 762,05
Outros	2 916,50	5 714,01	-2 797,51
<b>Total</b>	<b>751 517,74</b>	<b>705 394,11</b>	<b>46 123,63</b>

Em 31 de dezembro de 2017, foi de 58 o número funcionários com contrato de trabalho ao serviço das estruturas da Associação (2016: 53).

## 14. Fundos Patrimoniais

A evolução desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 comparativamente a igual período do ano anterior, traduz-se no quadro que se segue:

*JMA*

Descrição	2017	2016	Variação
Fundo social	25 176,86	25 176,86	0,00
Resultados transitados	1 910 397,18	1 996 903,37	-86 506,19
Resultado líquido do exercício	111 565,27	-55 849,02	167 414,29
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	2 773 802,42	2 826 830,89	-53 028,47
<b>Total</b>	<b>4 820 941,73</b>	<b>4 793 062,10</b>	<b>27 879,63</b>

14.1. O decréscimo verificado na rubrica de **"Resultados transitados"** deve-se essencialmente à transferência do resultado negativo do exercício de 2016, no montante de 55.849,02 euros e à regularização das amortizações não contabilizadas de um imóvel doado que não havia sido ainda integrado no património da Associação (15.020 euros).

14.2. A conta de **"Outras variações nos Fundos Patrimoniais"** registou uma diminuição de 53.028,47 euros que provém do efeito conjugado das seguintes situações:

- Imputação do subsídio ao investimento, no montante de 107.058,47 euros (ver nº 8);
- Integração no património de um imóvel doado, no valor de 54.030,00 euros (ver nº 5).

O Contabilista Certificado

*M. Clara*  
CC nº: 19879

A Direção

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
Associação  
Parceiros  
Gime fazendas  
Vereadores  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



# ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM

## Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento da alínea c) do artigo 44º dos Estatutos da Associação de Apoio Social da Portugal Telecom, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2017, apresentados pela Direção.

Em relação aos elementos disponibilizados pela Direção, examinamos o Relatório e Contas, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras da Associação, as quais incluem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, (que evidencia um total de 5.009.873,51 euros e um total de fundos patrimoniais 4.820.941,73 euros incluindo um resultado líquido positivo de 111 565,27 euros), e a Demonstração de Resultados por Naturezas, assim como os respectivos anexos.

O Conselho Fiscal procedeu por amostragem à análise das contas, nas suas vertentes, contabilística, financeira e fiscal, com principal incidência nos seguintes aspectos:

- A sua relevância material;
- A verificação da adequabilidade dos registos contabilísticos ao plano de contas em vigor para as ESNL (entidades do sector não lucrativo);
- A confirmação dos saldos de natureza financeira, com especial enfoque nos saldos bancários;
- A verificação da conformidade do valor dos impostos e taxas relevados nas contas da Associação.

Assim, o Conselho Fiscal é da opinião que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão apresentados pela Direção, assim como a proposta de aplicação dos resultados, satisfazem os requisitos legais e estatutários pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal vê com agrado o regresso aos resultados operacionais positivos, mesmo com o esforço de investimento feito, em cerca de 147 mil euros, o que indiciam sustentabilidade da Associação no médio e longo prazo.

Finalmente, o Conselho Fiscal quer expressar à Direcção e aos demais colaboradores da Associação o seu apreço pela colaboração que lhe prestaram no exercício das suas funções.

Lisboa, 16 de Março de 2018.

**O Conselho Fiscal**

**Carlos José Rodrigues de Sousa Carinhas**

**José Adelino Martins Vaz**

**Miquelina do Rosário**

## AASPT

### EXERCÍCIO DE 2017

#### INVESTIMENTOS REALIZADOS – cerca de 197 mil euros

##### Edifício e outras construções – 97 mil euros

- Edifício sede – Substituição da pavimentação dos 4º e 5º pisos – 33 mil euros;
- Edifício sede – Substituição de janelas – 9 mil euros;
- Imóvel de Santarém – Integração no património – 54 mil euros.

##### Equipamento Básico – cerca de 24 mil euros

- Mobiliário de alojamento para o LAR e Unidade de Internamento – Aquisição de camas, marques, armários e cadeiras de rodas – 19 mil euros;
- Mobiliário assistencial – Carros de enfermagem e de transporte de roupa – 5 mil euros.

##### Outros ativos fixos – aprox. 75 mil euros

- Sistema de energia renováveis (painéis fotovoltaicos) – 60 mil euros;
- Equipamentos de ar condicionado -6,5 mil euros;
- Televisores para quartos Lar – 4 mil euros

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including the letters 'L', 'T', 'A', 'V', 'G', and a signature.

Handwritten signature in blue ink at the bottom right of the page.